

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.010 - RS (2018/0297295-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CLÁUDIO GIOVANI ALBINELI
ADVOGADOS : MAIKO ROBERTO MAIER - SC031939
CELSO ALMEIDA DA SILVA - SC023796A
AGRAVADO : MARCOS ANTONIO SANGOI
AGRAVADO : SANDRA TEREZINHA BORGES SANGOI
ADVOGADO : JUAREZ FERREIRA TORMA - RS012169

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 295):

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REQUISITOS OBJETIVOS.

1. De acordo com o artigo 99, §§ 2º e 3º, do novo Código de Processo Civil, e artigo 5º, primeira parte, da Lei 1.060/1950, a decisão já proferida merece prevalecer, pois impossível presumir a alegada insuficiência de recursos para pagar as custas processuais, à medida que nenhum fato novo foi trazido aos autos pelo agravante.

2. Com relação ao pedido de parcelamento das custas, indefiro, porque considerando a carência probatória e a inércia do agravante que, quando intimado para complementar a documentação, silenciou, restou demonstrada sua capacidade para o recolhimento das custas processuais sem causar prejuízo próprio ou para sua família.

NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.

Nas razões de recurso especial, alega o ora agravante violação dos arts. 98 a 102 do Código de Processo Civil de 1973 e 1º da Lei 1.060/1950, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta que instruiu os autos com farta documentação apta a demonstrar o direito ao deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 329).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 357-352 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 375).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Instada a se manifestar quanto ao indeferimento da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, a Corte local assim consignou (e-STJ, fls. 297-298):

Relativamente ao mérito, conforme o disposto no artigo 99, §§ 2º e 3º, do novo Código de Processo Civil, e artigo 5º, primeira parte, da Lei 1.060/50, a decisão já proferida merece prevalecer, pois impossível presumir a alegada insuficiência de recursos para pagar as custas processuais, à medida que nenhum fato novo foi trazido aos autos pelo agravante, capaz de provocar a modificação da decisão.

É de salientar que com relação ao despacho proferido nos autos da ação de cobrança (processo nº 037/11700035504), que tramita na Comarca de Uruguaiana/RS, a gratuidade de justiça só foi deferida com relação ao adiantamento das custas iniciais do processo, cabendo o recolhimento do valor necessário ao custeio das demais despesas, sendo afirmado, também, que se auferir proveito econômico com o andamento processual, este deferimento será revisto.

De outro modo, com relação ao pedido de parcelamento das custas baseado em jurisprudência da 17ª Câmara Cível, indefiro, porque considerando a carência probatória e a inércia do agravante que, quando intimado para complementar a documentação, silenciou, restou demonstrada sua capacidade para o recolhimento das custas processuais sem causar prejuízo próprio ou para sua família.

Assim, é caso de manter a decisão agravada porque as razões deste apenas retomam o que já fora defendido quando da interposição daquele recurso.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que pode o juízo, embora haja declaração da parte de sua hipossuficiência jurídica, para fins de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, investigar sobre a real situação financeira do requerente, haja vista a presunção relativa de veracidade que ostenta a referida declaração.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. ART. 1.022 DO CPC/2015. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. HIPOSSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, discute-se a revogação do benefício de assistência judiciária gratuita anteriormente concedida ao autor/agravante.

3. Não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, pois consta do acórdão recorrido o exame de todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

4. O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser pleiteado a qualquer tempo, sendo suficiente que a pessoa física declare não ter condições de arcar com as despesas processuais. Entretanto, tal presunção é relativa (art. 99, § 3º, do CPC/2015), podendo a parte contrária demonstrar a inexistência do alegado estado de hipossuficiência ou o julgador indeferir o pedido se encontrar elementos que coloquem em dúvida a condição financeira do peticionário. Precedentes.

5. No caso concreto, o tribunal local concluiu pela ausência de documentos demonstrativos da alegada carência financeira do autor para arcar com as despesas processuais, revogando por isso o benefício da assistência judiciária. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça o reexame das premissas de fato que levaram o tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete o amplo juízo de cognição da lide. Incidência da Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.311.620/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. REEXAME DO CONJUNTO

FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "A declaração de hipossuficiência econômica possui presunção juris tantum, podendo o julgador a quo investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente e ordenar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência" (AgRg no AREsp n. 772.654/PR, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 28/3/2016.)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que a agravante não preencheu os requisitos para obtenção dos benefícios da justiça gratuita. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.320.909/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 31/10/2018.)

No caso concreto, o agravante não demonstrou a real impossibilidade de arcar com as custas do processo. De acordo com a iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, rever o entendimento do Tribunal de origem quanto à existência ou não de condições para arcar com o custo do processo somente se faz possível por meio de reexame de matéria fática da lide, vedado nesta sede, nos termos do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte orienta que pode o juízo, embora haja declaração da parte de sua hipossuficiência jurídica para fins de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, investigar sobre a real situação financeira do requerente, haja vista a presunção relativa de veracidade que ostenta a declaração.

2. O acórdão recorrido baseou-se na interpretação de fatos e provas

para confirmar o indeferimento da assistência judiciária gratuita. A apreciação dessa matéria em recurso especial esbarra na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 889.259/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 21/10/2016.)

Por fim, a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice, também, para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pelo art. 105, III, "c", da Constituição Federal.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora